

FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES: A BIBLIOTECA COMO DISPOSITIVO ÉTICO E ESTÉTICO

THE FORMATION AND DEVELOPMENT OF COLLECTIONS: AN AESTHETIC AND ETHICAL DEVICE

Gláucio Barreto de Lima¹

RESUMO

Problematiza a Formação e Desenvolvimento de Coleções (FDC) como atividade bibliotecária que transforma a biblioteca em dispositivo não apenas estético, mas principalmente ético, para incorporar questões de gênero e diversidade sexual. Com aporte nos Estudos Culturais e de Gênero e fazendo a relação com o paradigma da Biblioteconomia Crítica, utiliza-se da pesquisa bibliográfica como metodologia de caráter exploratório e descritivo. Como resultado, a literatura sobre FDC explicita que um dos maiores entraves para a inclusão dessa temática nos acervos advém dos diversos tipos de censura e que o trabalho de bibliotecárias e bibliotecários não podem estar alheios a essas questões. Sinaliza que a biblioteca pode vir a ser um espaço de discussão tanto das injustiças de gênero quanto mediadora da informação sobre a diversidade sexual humana.

Palavras-chave: Formação e Desenvolvimento de Coleções. Gênero. Diversidade sexual. Censura.

ABSTRACT

This paper aims to problematize the Formation and Development of Collections (FDC) as a librarian activity that transforms the library into a not only aesthetic device, but mainly ethical, to incorporate gender issues and sexual diversity. With theoretical foundation in the Cultural and Gender Studies and making the relation with the paradigm of the Critical Librarianship, the bibliographical research is used as a methodology of exploratory and descriptive kind. As a result, the literature about FDC states that one of the major obstacles to the inclusion of this subject in the collections comes from the different types of censorship and that the work of librarians cannot be oblivious to these issues. Therefore, it points out that the library can be a space for discussing both gender injustices and it can also mediate the information about human sexual diversity.

Keywords: Training and Development of Collections. Gender. Sexual diversity. Censorship.

¹Mestre em Biblioteconomia (UFCA). Bibliotecário (IFCE)
E-mail:
glaucioufc@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

A biblioteca representa um dispositivo ético de enunciados e visibilidades. Neste sentido, há uma aproximação entre os conhecimentos da Biblioteconomia com os de Gênero e dos Estudos Culturais. A política de performatividade pode ser vislumbrada nas ações das bibliotecas, assim como no discurso das obras disponíveis. E isso implica uma questão filosófica, pois se a disponibilização de informações permite uma apropriação e uso por outras pessoas, isso já não implicaria mais em repetição, mas no uso por outro agente (o usuário/a usuária), que pode transformar essa informação em vários sentidos.

Assim, podemos rebater o que os antagonistas da 'ideologia de gênero' apregoam, de forma alarmante, de que a proibição de acesso a essas informações se justifica pelo 'risco' de que o contato com os conteúdos de diversidade sexual e de gênero podem influenciar na formação das pessoas, repetindo à prática – negativamente na visão deles – mas que não conseguem enxergar que o contato com essas informações não implicaria em repetição e sim em transformação: de preconceitos para conceitos, do desconhecimento para conhecimento, do desrespeito para respeito e da intolerância para o aceite da subjetividade e individualidade da vida que cada pessoa pode construir.

A possibilidade de performance que quebra a repetição, e do ser abjeto que fica 'invisível', inclusive nos acervos das bibliotecas, faz parte de um agenciamento, mediante o qual é o poder que assegura a combinação entre aquilo que se fala e aquilo que se vê. Nas bibliotecas das ONGs (Organizações Não Governamentais) e de outras bibliotecas que permitem o acesso à informação LGBTQI+ (Lésbicas, *Gays*, Bissexuais, Travestis, Transexuais, *Queers*, Intersexuais e outras denominações), a abjeção é transformada em elemento de constituição dos sujeitos e da cultura, fazendo parte do acervo.

Os equipamentos de informação permitem o fantástico encontro com as fontes de informação e, assim, asseguram o valor que esses registros possuem. A importância de bibliotecas, arquivos e museus, como guardiões da memória, impactam e, mesmo que exista a intenção de destruição dos assuntos relativos

às questões LGBTQI+ e que falem sobre as injustiças de gênero – por uma esfera de poder patriarcal muito bem articulada – os acervos ainda assim, asseguram (mesmo que precariamente) a memória e resistência deste segmento social. A segmentação parece uma necessidade quando um ambiente hostil e de normatividade impõe a condição de inferioridade para esses ‘diferentes’. Os acervos LGBTQI+ surgem como uma afirmação identitária desses grupos que se reúnem e se identificam com determinadas características. Além de assegurar a memória, essas coleções também se configuram como uma forma de resistência e confirmam uma política de atuação pelo viés da cultura.

2 DISPOSITIVO ÉTICO E CENSURA

A ação bibliotecária na FDC implica responsabilidade de escolha. Sabemos que esta realização é complexa, pois “na verdade, o oprimido sempre tem que ter memória. Se você tem uma memória, consegue alguma coisa de libertação” (BESSA, 2002, p. 374). É dessa profundidade que falamos quando se pensa na formação de uma coleção sobre a temática LGBTQI+. Ela representa algo como um alento, uma expectativa, uma esperança, diante de tantas situações cotidianas de opressão, medo, privações e injustiças. Mesmo que esse discurso fale inclusive sobre essas situações de vulnerabilidade, de certa forma elas implicam na ‘vontade de verdade’ que vidas LGBTQI+ experimentam. “É por isso a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória” (NORA, 1993, p. 13).

A incandescência, como fator físico, toma sentido de radiação, ou seja, espalha calor, energia. Acreditamos que Nora (1993) tenha tomado este sentido para sua fala. Se essa tiver sido sua proposta, tomamos isso de empréstimo, para relacionar com a ação de FDC realizada pela classe bibliotecária, como uma atividade propagadora de sentidos e intenções, ligada direta com a memória dos diversos grupos sociais, irradiando energia em forma de informação e conhecimento.

O trabalho do bibliotecário tem que estar vigilante quanto aos preconceitos que existem na área da informação. Inclusive na atenção quanto ao impacto que determinado termo ou assunto exerce sobre certas comunidades. As pessoas LGBTQI+ são constantemente atingidas pelo repetido uso de termos que inferiorizam a condição *gay*, *bi*, *queer* ou *trans*. Os dilemas éticos no campo da informação, assim como na FDC, exigem a atenção em “observar os princípios gerais e éticos que evidenciam os direitos humanos, os ditames dos códigos profissionais e organizacionais” (GUIMARÃES; PINHO; ALMEIDA; MILANI, 2009, p. 106). A informação LGBTQI+ condiz a uma produção social e cultural particular, dotada de um domínio de conhecimentos que estabelecem uma dinâmica de compreensão. A perspectiva multicultural, que a tendência contemporânea trouxe para a Biblioteconomia, marca uma hospitalidade, mesmo que no Brasil seja mais exercida por bibliotecas especializadas do que pelos demais tipos de bibliotecas.

Contraditoriamente, essa perspectiva multicultural, que tem uma visão mais inclusiva das diferenças e da diversidade tem sido desestabilizada diante dos inúmeros casos de censura que ganharam fôlego e impacto midiático nos anos mais recentes. O que se configura é um claro retorno do controle sobre as bibliotecas e o intuito de eliminar a liberdade de informação.

Ainda mais grave é quando se percebe a participação de bibliotecárias e bibliotecários no intuito de exercer censura sobre a liberdade de informação ou mesmo apoiar as ações governamentais que tem atuado no cerceamento de informações nas bibliotecas, impedindo que determinados tipos de informação possam circular ou simplesmente estar disponíveis nas prateleiras.

3 METODOLOGIA

A metodologia para a construção deste artigo tem como proposta a aproximação entre dois campos que parecem distintos: a Biblioteconomia como a ciência da organização, mediação e disseminação de informações em bibliotecas e os mais variados ambientes de informações; e os Estudos de

Gênero que trazem para o campo científico a quebra de determinismos, normatividades e postulados emitidos por outras ciências. No aspecto da Biblioteconomia, nos baseamos em Araújo (2014), e percebemos que o mais coerente foi a aplicação da perspectiva crítica e do multiculturalismo das correntes contemporâneas, que estabeleceram novos paradigmas para a área. Na Biblioteconomia, na especialidade da FDC, tomamos como referência os textos das autoras Dias e Pires (2003) e do teórico Vergueiro (1989; 2010; 2011) e Lemos (2015) para problematizar questões como a censura e a mistificação de “neutralidade” do trabalho de bibliotecárias e bibliotecários.

Em relação à complexidade do Gênero enquanto categoria de análise, e as implicações políticas, assim como as interpretações que se delimitam nas construções sociais das relações entre a diversidade de indivíduos na sociedade, a fundamentação teórica se baseia nas pesquisas de corrente pós-estruturalista e dos Estudos Culturais de autorias imprescindíveis como Foucault (2008), Louro (2003), Domingos (2009) e Butler (2015).

A dinâmica das discussões em gênero está relacionada com os aspectos fundamentais da FDC. Na seleção dos materiais de informação sobre gênero e diversidade sexual, os documentos são analisados com um olhar atento para os discursos e representações que as obras e seus textos trazem em seus conteúdos e que serão incorporados na coleção. Este acervo deve possibilitar a discussão e problematização das questões LGBTQI+. As coleções devem estabelecer uma demarcação de existência inspirada no respeito à diversidade humana e toda a complexidade de relações que existem, nas múltiplas possibilidades de burlar as arbitrariedades da vida social, que determinam o discurso cultural hegemônico centrado na ‘racionalidade universal’ e na ‘heterossexualidade compulsória’ de como estão estabelecidos os arranjos de gênero.

Quanto às políticas públicas de informação para a comunidade LGBTQI+ e de certa forma à população em geral, sobre as discussões de gênero e diversidade sexual, salientamos que bem mais importante que a unicidade da oferta de materiais informacionais está a possibilidade de serem desenvolvidas atividades de inclusão social e acompanhamento dos fatores de uso/não uso do

acervo, estatísticas variadas com enfoque em gênero, estudos de usuárias e usuários da informação e avaliação permanente da coleção, assim como o acompanhamento das atividades direcionadas (debates, conversas, minicursos, palestras, exposições e exposições) que discutam as desigualdades, violências e opressões que mulheres e pessoas LGBTQI+ sofrem cotidianamente. Além da oferta de produtos e serviços com o enfoque de gênero e diversidade sexual, o que é relevante deve ser a preocupação em saber como estas ações têm contribuído na diminuição do machismo, da misoginia, dos estigmas, preconceitos e convenções normativas arraigadas na cultura. “Como os usuários os resignificam ou fazem suas próprias perspectivas a partir desses recursos?” (MANCILLA et. al., 2012, p. 14). Esta consideramos ser a questão chave para a FDC. Ela permite descobrir se essas iniciativas de inclusão, educação e memória tem sido úteis para a transformação de um contexto de violência, exclusão e sofrimento das vidas LGBTQI+.

4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS EM FDC

O desenvolvimento de coleções pede da categoria bibliotecária muita responsabilidade em suas ações. É um ramo de atividade que exige atenção, zelo, ética e planejamento. As autoras Dias e Pires (2003) estabeleceram duas etapas para a realização da FDC. Inicialmente uma etapa de levantamento, tanto das características da comunidade e de usuários, quanto das necessidades de informação e o estabelecimento das prioridades de atendimento, assim como das estratégias de relação com o público usuário. Complementa-se a este elenco, o levantamento de recursos e dos serviços que serão oferecidos e, principalmente, das intenções que se projetam sobre a coleção em prol da coletividade.

A outra etapa diz respeito à “elaboração de documento para a formalização da política de desenvolvimento de coleção” (DIAS; PIRES, 2003, p. 23). Neste documento, devem constar as diretrizes para que a formação do acervo seja um conjunto de documentos que tenham uma função social perante

a comunidade, para quem se destinam essas informações. Numa perspectiva similar Waldomiro Vergueiro, um dos mais importantes estudiosos do assunto no Brasil, destaca a relevância da FDC:

É possível dizer que o desenvolvimento de coleções é, no rol das funções desempenhadas pelos bibliotecários, aquela que mais amplamente afeta o usuário. Afinal, cabe ao desenvolvimento de coleções a identificação/definição dos itens individuais que farão parte de um determinado conjunto – físico, temático, geográfico, virtual – de materiais de informação que estarão disponíveis a um agrupamento específico de indivíduos (a comunidade cujas necessidades da informação aqueles materiais devem atender). Isso não é pouco (VERGUEIRO, 2011. p. 88).

A escolha dos materiais de informação que irão compor a coleção incide no questionamento quanto ao papel da classe bibliotecária e o dilema da imparcialidade. Implicações éticas, de censura e poder perpassam por esta ação. É preciso refletir sobre as escolhas das aquisições, pois ao ter o poder de decidir o que deve ou não entrar no conjunto do acervo, a classe bibliotecária acaba exercendo uma espécie de poder, pois “queira ou não, é um elemento que está interferindo no processo social” (VERGUEIRO, 2010, p. 5).

Antes da perspectiva crítica da Biblioteconomia, o cerceamento de informações era naturalizado na intenção de se filtrar o que devia ou não ser acessado como fonte de informação. A privação de acesso implicava numa prática comum. Infelizmente, em nosso tempo ainda acontecem impedimentos, agora com a pressão sendo implementada por membros do legislativo, executivo e judiciário. Casos de censura a livros, exposições e o descaso com os equipamentos de memórias (bibliotecas, arquivos, museus) e seus conjuntos de documentos são reveladores de um descaso e desrespeito intencional e com finalidades de exclusão de determinados assuntos, temas e públicos.

Quando se dificulta o acesso às informações, o agente de proibição toma para si a responsabilidade do ato censor e as implicações que esta atitude tem na vida de outras pessoas. Podemos neste momento pensar nas vidas abjetas (conceito de Judith Butler) e no quanto deve ser difícil para essas pessoas

excluídas lidar com a inexistência de informações – neste sentido, quanto aos meios formais de informação – e as limitações que a ausência de informação causam sobre essas individualidades.

A biblioteca como um espaço institucionalizado do poder tenciona a ação bibliotecária. Isso afeta diretamente nas decisões efetuadas no espaço da biblioteca. O ideal seria que no processo de seleção, a bibliotecária ou o bibliotecário encontrem o equilíbrio, de forma que o universo de usuárias e usuários sejam contemplados em suas necessidades de informação e representação, pois no processo de seleção de materiais para o acervo da biblioteca, talvez “uma das melhores contribuições do bibliotecário esteja em sua capacidade de coordenar demandas e necessidades conflitantes, de maneira a garantir que o resultado final seja o mais harmonioso possível” (VERGUEIRO, 2010. p. 8). É um desafio e uma responsabilidade para nós e isso requer uma formação humanística sensível e com ampla vivência da diversidade cultural e humana.

No universo de informações, documentos e mídias, o trabalho da categoria bibliotecária na FDC adquire um papel curatorial e que o processo de escolha nesse momento é dos itens mais significantes e representativos das temáticas de interesse do público. “Esse processo não ocorre no vazio, mas em um ambiente sócio-cultural específico, no qual questões ideológicas, políticas e éticas podem ter maior e menor influência” (VERGUEIRO, 2011, p. 90). Bibliotecárias e bibliotecários sofrem interferências e pressões do contexto social em que atuam, assim como as próprias convicções pessoais (formação familiar, formação escolar, formação cultural, formação profissional, religiosidade, gênero, classe social, raça) podem vir a interferir nas escolhas.

A utopia da neutralidade retorna para a discussão em FDC. Isonomia e imparcialidade são questões difíceis de sobrepor, pois todas nossas ações são políticas e sofrem interferências subjetivas e objetivas. Neste aspecto, cada bibliotecária/bibliotecário precisa mais se pautar sobre os resultados dos levantamentos e estratégias postuladas para a formação da coleção, do que se

basear por opiniões e gostos pessoais, assim como as ideologias que interferiram na formação dela/dele como pessoa e profissional.

Mesmo que não solucione o problema da utopia da neutralidade, mas de certa forma é o planejamento em FDC que permite a elaboração de um conjunto de critérios de seleção. E é isso que vai dar consistência para a política de seleção. Esse conjunto não elimina as lacunas, mas evita com que preferências pessoais de bibliotecárias/bibliotecários interfiram no processo. Diminui consideravelmente a possibilidade de acontecer uma seleção tendenciosa ou com intencionalidades de foro ideológico pessoal. Ainda assim, a ação de seleção de materiais de informação deve ser precedida de muita atenção, “pois pode não ser fácil diferenciar as decisões de seleção das de censura” (VERGUEIRO, 2011, p. 103). Ambas podem tender a não permitir o acesso e, por isso, é preciso avaliar todos os aspectos dos materiais a serem adquiridos.

Infelizmente, mesmo que o bibliotecário tenha um olhar mais sensível para assuntos considerados ‘polêmicos’, favorecendo uma seleção de obras que permita um diálogo entre ideologias ou mesmo uma análise crítica sobre assuntos tabus, ainda assim, existe a possibilidade de tudo ser direcionado para o radicalismo, o extremismo e o sensacionalismo. Em bibliotecas que não sejam especializadas na cultura LGBTQI+, a presença de obras sobre este assunto pode provocar reações inesperadas de pessoas contrárias à causa.

A intenção de uma prática bibliotecária flexível seria permitir que aos usuários cabem a análise crítica, emissão de valor ou julgamento para o devido encaminhamento de opinião, tudo baseado nos princípios de liberdade de informação e livre arbítrio humano.

No caso da informação LGBTQI+, não é de se estranhar que as implicações negativas que parte da sociedade imprime sobre esta informação possa também ter implicações éticas sobre a atitude que alguns bibliotecários e bibliotecárias podem apresentar frente à FDC. Nota-se que a atitude que alguns desses profissionais possam vir a tomar, compromete o direito de acesso à informação, no sentido de que pessoas LGBTQI+ sejam prejudicadas por não

serem contempladas com a oferta de informações que atendam a seus interesses.

A responsabilidade bibliotecária não pode ser atenuada pelo gravíssimo fato que algumas pessoas consideram aceitáveis atitudes machistas, racistas, misóginas, homofóbicas e transfóbicas, justificando-se pelo motivo do profissional estar submetido a uma organização política e social que força a segregação, o cerceamento e anulação de certos grupos sociais, a quem não se tem o interesse de oferecer políticas de atendimento.

Para alguns teóricos, inclusive, se posicionar contra esta postura torna-se uma espécie de militância pela liberdade de informação. No que se refere à informação LGBTQI+, podemos considerar que também não deixa de ser uma forma de militância pela causa de lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, *queers*, intersexuais e outras dissidências e denominações. Tudo o que diz respeito à sexualidade está submetida a uma moralidade estabelecida socialmente e que, no caso do Brasil, está envolta de muita hipocrisia e falso 'puritanismo'. Assim, a prática bibliotecária e os serviços das bibliotecas não estão livres da incursão de moralidade que as instituições sociais estabelecem no campo social, seja no público ou privado, no coletivo ou individual. "Além do que será necessário melhor conhecer quais são os valores morais e intelectuais sancionados pelos grupos que detém o controle efetivo da vida social, e que influem na concepção que serve de base ao nosso trabalho como bibliotecários" (LEMOS, 2015, p. 186).

Conhecer esses valores significa mais uma intenção de problematizar o que está enraizado na cultura brasileira do que uma passiva submissão e aceite dos ditames estabelecidos. A biblioteca pode vir a ser um espaço de discussão tanto das injustiças de gênero quanto da diversidade sexual humana, englobando não só as afetividades, mas outras questões que as pessoas LGBTQI+ estabelecem como prioritárias (saúde, trabalho, educação, etc.).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No cenário brasileiro, diante dos inúmeros casos de censura que ganharam fôlego e impacto midiático nos anos mais recentes, o que se configura é um claro retorno do controle sobre as bibliotecas e o intuito de eliminar a liberdade de informação. O que preocupa é que aparentemente alguns colegas de profissão ainda não perceberam que este retome censor também é uma forma de censura contra o trabalho da própria classe bibliotecária, que agora teme sobre as decisões quanto à FDC, podendo sofrer retaliações pelas escolhas de contemplar a diversidade sexual, religiosa, ideológica e humana.

A arbitrariedade vem do discurso dominante, que a partir das estruturas consolidadas de projeção das ideologias vigentes, exercem controle sobre a sociedade e atuam na formação de conceitos determinantes para os sujeitos sociais, definindo os papéis que cada um deve exercer na dinâmica social. Esses mecanismos de controle e manejo são atuantes também no poder que exercem sobre as pessoas, de bebês recém nascidos às pessoas mais idosas. Todo o contexto implica na seleção de materiais de informação, tanto na seleção de livros, quanto de filmes, revistas, músicas; interferindo desde o processo criativo até a disponibilização para o público.

Geralmente a maioria das bibliotecas estão subordinadas a uma estrutura organizacional maior, com missões e valores que nem sempre são postos em prática, ou muitas vezes propositalmente inibidores da liberdade humana. Nelas, dificilmente a equipe bibliotecária poderá exercer uma seleção que possa interferir no esquema social, com clara intenção de atuar sobre atitudes racistas, machistas, homofóbicas, transfóbicas, etc. A seleção de materiais de informação que pudessem contribuir na mudança da sociedade sobre esses problemas podem ser vetados pelos gestores que estão em posição hierárquica superior aos bibliotecários.

Todas essas questões devem ser ponderadas pelas decisões tomadas no processo de FDC e que a classe bibliotecária precisa compreender que a humanidade não pode retroceder nos avanços que as discussões em gênero e

sexualidade proporcionaram, visando a liberdade humana e o respeito aos seus direitos, tanto no aspecto dos direitos sexuais quanto aos de liberdade de informação.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. A. Á. **Arquivologia, biblioteconomia, museologia e ciência da informação: o diálogo possível**. Brasília: Briquet de Lemos, 2014. 200 p.

BESSA, M. S. **Os perigosos: autobiografias e AIDS**. Rio de Janeiro: Aeroplano; ABIA, 2002. 431 p.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 8.ed. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015. 287 p. (Coleção Sujeito e História).

DIAS, M. M. K.; PIRES, D. **Formação e desenvolvimento de coleções de serviços de informação**. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2003. 71p. (Série Apontamentos).

DOMINGOS, J. J. **Discurso, poder e subjetivação: uma discussão foucaultiana**. João Pessoa: Marca de Fantasia, 2009. 97 p. (Série Veredas, 11).

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 17.ed. São Paulo: Loyola, 2008. 79 p.

GUIMARÃES, J. A. C.; PINHO, F. A.; ALMEIDA, C. C.de; MILANI, S. O. Aspectos éticos da organização da informação: abordagens teóricas acerca da questão dos valores. In: CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA. Comissão de Ética Profissional. **A ética na sociedade, na área da informação e da atuação profissional: o olhar da Filosofia, da Sociologia, da Ciência da Informação e da formação e do exercício profissional do bibliotecário no Brasil**. Brasília: CFB, 2009. p. 94-129.

LEMOS, A. A. B. de. Qual a importância da censura nas bibliotecas brasileiras? In: LEMOS, A. A. B. de. **De bibliotecas e biblioteconomias: percursos**. Brasília: Briquet de Lemos, 2015. p. 181-190.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2003. 179 p.

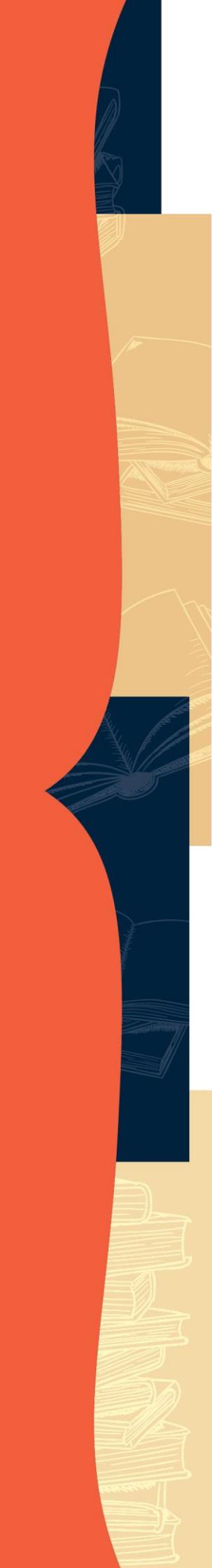
MANCILLA, C. M. *et. al.* **Guía para la incorporación del enfoque de género en bibliotecas**. Santiago de Chile: DIBAM, 2012. 94 p.

NORA, P. Entre história e memória: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**, São Paulo, v.10, p. 7-28, 1993.

VERGUEIRO, W. **Desenvolvimento de coleções**. São Paulo: Polis; APB, 1989. 95 p. (Coleção Palavra-Chave, 1).

VERGUEIRO, W. Questões éticas do desenvolvimento de coleções: aspectos teóricos e práticos. *In*: CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA. Comissão de Ética Profissional. **Ética profissional na prática do bibliotecário**. Brasília: Usina de Letras, 2011. p. 88-113.

VERGUEIRO, W. **Seleção de materiais de informação: princípios e técnicas**. 3.ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2010. 120 p.



Agradecimentos: Instituto Federal do Ceará – *Campus* Maracanaú (IFCE).
Universidade Federal do Cariri (UFCA) – Programa de Pós-Graduação em
Biblioteconomia (PPGB) e Pró-Reitoria de Cultura (PROCULT).